

Aplicação Prática da Administração na Economia Global 3

Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)

Aplicação Prática da Administração na Economia Global 3

Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: David Emanuel Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Clayton Robson Moreira da Silva

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

A642 Aplicação prática da administração na economia global 3
[recurso eletrônico] / Organizador Clayton Robson
Moreira da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-405-4

DOI 10.22533/at.ed.054202809

1. Administração de empresas. 2. Economia. 3.
Globalização. I.Silva, Clayton Robson Moreira da. CDD
658.812

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Aplicação Prática da Administração na Economia Global 2”, publicada pela Atena Editora, reúne um conjunto de quatorze capítulos que abordam diferentes temas relacionados à administração, com foco em sua aplicação prática. Discutir a prática gerencial possibilita o avanço da ciência administrativa e promove o intercâmbio de conhecimento entre gestores, acadêmicos e técnicos, bem como suscita a aprendizagem por meio da reflexão sobre os diversos fenômenos organizacionais abordados no decorrer dos capítulos.

Assim, este livro emerge como uma fonte de pesquisa robusta, que explora a prática da administração em diferentes contextos. Os capítulos iniciais contemplam estudos focados em temas como empreendedorismo, inovação e associativismo. Os capítulos seguintes discutem práticas de administração no campo do setor público, trazendo estudos sobre temas relevantes para a gestão pública, tais como sustentabilidade, licitações, sistemas de informação e políticas públicas. Os capítulos finais apresentam estudos no contexto da educação.

Desse modo, sugiro esta leitura àqueles que desejam expandir seus conhecimentos por meio de um arcabouço teórico especializado, que contempla um amplo panorama sobre a aplicação prática da administração na economia global, possibilitando a ampliação do debate acadêmico e conduzindo docentes, pesquisadores, estudantes, gestores e demais profissionais à reflexão sobre os diferentes temas que se desenvolvem no âmbito da administração.

Finalmente, agradecemos aos autores pelo empenho e dedicação, que possibilitaram a construção dessa obra de excelência, e esperamos que este livro possa ser útil àqueles que desejam ampliar seus conhecimentos sobre os temas abordados pelos autores em seus estudos.

Boa leitura!

Clayton Robson Moreira da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A IMPORTÂNCIA DA CONVERGÊNCIA ENTRE PERFIL MOTIVACIONAL E SUPORTE ORGANIZACIONAL/SOCIAL NA GESTÃO DE PESSOAS

Mayara Bertazo Gaube
Simone Bochi Dorneles
Matheus Miller de Campos Viana

DOI 10.22533/at.ed.0542028091

CAPÍTULO 2..... 13

A SATISFAÇÃO DE COLABORADORES: UM ESTUDO NO LABORATÓRIO ANALÍTICO EM UMA ORGANIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS-GO

Flávio Godoi de Oliveira
Pedro Diego Gualberto
Tallyta Carolina da Silva
Márcia Sumire Kurogi Diniz

DOI 10.22533/at.ed.0542028092

CAPÍTULO 3..... 28

PRAZER, EU SOU WATSON: UM ESTUDO SOBRE A PERCEPÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS SOBRE A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Emmanuelle Fonseca Marinho de Anias Dalro
Cristiane Mascarenhas Leite
Paulo Soares Figueiredo
Antônio Eduardo de Albuquerque Junior
Ernani Marques dos Santos
Pedro Canna Brazil Ramos

DOI 10.22533/at.ed.0542028093

CAPÍTULO 4..... 38

COMPETÊNCIAS VIRTUAIS: UMA NOVA ABORDAGEM PARA OS CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS DE LÍDERES

Renato Lima dos Santos
Natanael Camilo da Costa
Marcus Vinícius Oliveira Braga
Júnior Cleber Alves Paiva
Mariana Silveira de Oliveira
Rafael Luis da Silva

DOI 10.22533/at.ed.0542028094

CAPÍTULO 5..... 48

A INDISSOCIÁVEL RELAÇÃO ENTRE COMUNICAÇÃO E LIDERANÇA EM PROCESSOS DE MUDANÇA POR FUSÕES E AQUISIÇÕES

Stella Regina Reis da Costa
Delaíse Pimentel Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.0542028095

CAPÍTULO 6	71
REVISÃO BIBLIOMÉTRICA SOBRE FINANÇAS COMPORTAMENTAIS NO MUNDO DE 2016 A 2019	
Luiz Antonio de Oliveira Dantas	
DOI 10.22533/at.ed.0542028096	
CAPÍTULO 7	98
DETERMINANTES DA ESTRUTURA DE CAPITAL DAS EMPRESAS BRASILEIRAS LISTADAS NA B3 NO PERÍODO DE 2007 A 2016	
Cláudia Luciana Tolentino Santos	
DOI 10.22533/at.ed.0542028097	
CAPÍTULO 8	115
ANÁLISE MULTICRITERIAL DA COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL SOB TRÍPLICE PERSPECTIVA: FINANCEIRA, GOVERNANÇA CORPORATIVA E SUSTENTABILIDADE	
José Ribamar Marques de Carvalho	
Adriana Fumi Chim Miki	
Cibele Cristina da Silva	
Enyedja Kerlly Martins de Araújo Carvalho	
Francisco Dinarte de Sousa Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.0542028098	
CAPÍTULO 9	133
CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE MOVELEIRA NA CIDADE DE OURÉM, PA	
Nívea Maria Mafra Rodrigues	
Denyse Cássia de Maria Sales	
Alessandra da Cunha Pessoa	
Thais Santos Amorim	
Ricardo Gabriel Almeida Mesquita	
Maria Joseane Marques de Lima	
Líbina Costa Santos	
Lídia da Silva Amaral	
Antonio Elson Ferreira Borges	
DOI 10.22533/at.ed.0542028099	
CAPÍTULO 10	141
<i>BIG DATA EM COMPRAS: UMA PESQUISA SOBRE O USO EM INDÚSTRIAS BRASILEIRAS</i>	
Karen Cristina Araujo Facio	
DOI 10.22533/at.ed.05420280910	
CAPÍTULO 11	158
DESAFIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA INDÚSTRIA 4.0 NO BRASIL	
Tuany Esthefany Barcellos de Carvalho Silva	
Andreziene Almeida dos Santos	
Joyce de Lucena Miguel	
Daiane Rodrigues dos Santos	

Rogério Mandelli

DOI 10.22533/at.ed.05420280911

CAPÍTULO 12..... 173

CONSTRUÇÃO DE BRANDING E SUAS INTERFACES NO SEGMENTO DO ENTRETENIMENTO: UM ESTUDO DE CASO DAS MARCAS ROCK IN RIO E FYRE FESTIVAL

Natan Henrique Ferreira Ribeiro

Murilo Sérgio Vieira Silva

DOI 10.22533/at.ed.05420280912

CAPÍTULO 13..... 198

INTENÇÃO DE RELACIONAMENTO: A VISÃO RELACIONAL *BUSINESS-TO-BUSINESS* NO SEGMENTO AUTOMOTIVO BRASILEIRO

Cátia Biondo

Jaqueline Rosa

Geórgia Patricia da Silva Ferko

Fernanda Zanella Durante

Emerson Clayton Arantes

DOI 10.22533/at.ed.05420280913

CAPÍTULO 14..... 215

ABASTECIMENTO DE UM CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO VAREJISTA: ESTUDO DE CASO SOBRE A REDE DE SUPERMERCADOS PREZUNIC

Elton do Espírito Santo Santos

Fábio Braun Silva

Marcelo Silva Alves

Thiene Diniz Braun Silva

Denílson Queiroz Gomes Ferreira

Marcus Brauer

DOI 10.22533/at.ed.05420280914

CAPÍTULO 15..... 228

PMO COMO FERRAMENTA PARA A GESTÃO DO CONHECIMENTO ORGANIZACIONAL: ESTUDO DE CASO EM UMA ORGANIZAÇÃO PROJETIZADA DO SETOR DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO

Tácito Almeida de Lucca

Marcus Phoebe Farias Hinnig

Neri dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.05420280915

CAPÍTULO 16..... 254

***TECHNOLOGY SCANNING* EM PAÍSES MENOS DESENVOLVIDOS: INTEGRANDO AS INFORMAÇÕES DAS PATENTES E DAS MARCAS REGISTRADAS**

Shih Chih Hsun

DOI 10.22533/at.ed.05420280916

CAPÍTULO 17.....	276
TURISMO RELIGIOSO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES NA CIDADE DE ITAPETININGA, ESTADO DE SÃO PAULO – BRASIL	
Marcus Tadeu Quarentei Cardoso	
Alequexandre Galvez de Andrade	
Nélio Fernando dos Reis	
DOI 10.22533/at.ed.05420280917	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	287
ÍNDICE REMISSIVO.....	288

CAPÍTULO 7

DETERMINANTES DA ESTRUTURA DE CAPITAL DAS EMPRESAS BRASILEIRAS LISTADAS NA B3 NO PERÍODO DE 2007 A 2016

Data de aceite: 01/09/2020

Data de submissão: 05/06/2020

Cláudia Luciana Tolentino Santos

Universidade Estadual de Montes Claros –
Departamento de Ciências Contábeis
Montes Claros/MG
<http://lattes.cnpq.br/8786591181843894>

RESUMO: O objetivo deste trabalho de pesquisa foi analisar os determinantes da estrutura de capital das empresas brasileiras listadas na B3 no período de 2007 a 2016. Considerando a literatura existente sobre este tema, buscou-se identificar os prováveis determinantes da estrutura de capital de 158 empresas brasileiras listadas na B3. Para analisar os determinantes específicos das empresas brasileiras em relação à estrutura de capital, utilizou-se a análise de Dados de Painel não balanceados de 158 empresas brasileiras cadastradas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) compondo um total de 989 observações. Como resultados, observou-se que o nível médio de dívida é de aproximadamente 50% do valor de mercado da empresa e a relação de pagamento (Div) é relativamente alta (79,7%). O índice de pagamento obrigatório de pelo menos 30% para proteger os créditos dos acionistas minoritários aumenta o saldo médio dos requisitos legais. As estimativas mostram uma relação positiva e estatisticamente significativa entre o tamanho da empresa (tamanho) e alavancagem (Avm). Além disso, em relação à rentabilidade (Prof), essa variável se mostrou o determinante mais

dominante da estrutura de capital, apresentando uma relação positiva e estatisticamente significativa em relação às decisões de alavancagem.

PALAVRAS-CHAVE: Estrutura de capital, dívida, alavancagem, dados em painel, empresas brasileiras

DETERMINANTS OF CAPITAL STRUCTURE OF BRAZILIAN COMPANIES LISTED IN THE B3 FROM 2007 TO 2016

ABSTRACT: The objective of this research work was to analyze the determinants of the capital structure of Brazilian companies listed in the B3 from 2007 to 2016. Considering the literature available regarding this topic, we sought to identify the probable determinants of the capital structure of 158 Brazilian companies listed in the B3. To analyze the specific determinants of Brazilian companies regarding the capital structure, the unbalanced analysis of Panel Data from 158 Brazilian companies indexed in the São Paulo Stock Exchange (B3) was utilized, composing a total of 989 observations. As results, it was observed that the average level of debt is approximately 50% of the company's market value, and the dividend payout ratio (Div) is relatively high (79.7%). The mandatory payment index of at least 30% to protect minority shareholders' credits increases the average balance of legal requirements. The estimates show a positive and statistically significant relationship between the size of the company (SIZE) and leverage (Lev). Moreover, regarding profitability (Prof), this variable proved to be the

most dominant determinant of the capital structure, presenting a positive and statistically significant relationship concerning leverage decisions.

KEYWORDS: Capital structure, debt, leverage, panel data, Brazilian companies

1 | INTRODUÇÃO

Definir a estrutura de capital ótima para as empresas e as fontes adequadas de financiamento exigem conhecimento e estudo sobre finanças por parte dos gestores. Isso porque os custos de financiamento devem ser analisados à luz da combinação entre endividamento e capital próprio, ou seja, de acordo com Brito, Corrar, e Batistella, (2007) a estrutura de capital “refere-se à forma como as empresas utilizam capital próprio e capital de terceiros para financiar os seus ativos”.

Nas palavras de Modigliani e Miller (1958) - em seu estudo sobre custo do capital, financiamento da corporação e a teoria do investimento - as fontes de recurso que irão financiar os ativos das empresas devem ser combinados de forma a minimizar os custos de financiamento da empresa e maximizar seu valor. Logo, “as decisões de financiamento podem ser comparados e classificadas somente em termos de uma “função de utilidade”. Segundo os referidos autores, a abordagem alternativa, baseada na maximização do valor de mercado, pode definir o custo de capital como sendo uma teoria de investimento viável em que a avaliação do projeto de investimento e sua fonte de financiamento devam seguir ao critério de aumentar o valor de mercado das ações da empresa. Isto quer dizer que, se o investimento com a determinada fonte de financiamento for aumentar o valor de mercado da empresa, então o projeto vale a pena e deve ser aceito.

Entretanto, essas decisões de financiamento, por meio da análise do custo de capital e as decisões de investimentos levam as empresas a adotarem uma estrutura de capital que pode influenciar diretamente a alavancagem financeira e operacional da empresa. Sendo assim, cabe questionar: quais os determinantes da estrutura de capital das empresas brasileiras listadas na B3?

Neste contexto, o presente artigo teve por objetivo analisar os determinantes da estrutura de capital das empresas brasileiras listadas na B3 no período de 2007 a 2016. E pretendeu, ainda, verificar se há relações entre os indicadores de Rentabilidade, Tangibilidade dos ativos, Oportunidades de crescimento, Escudos de imposto de não-débito, Condições/Tempo de mercado, Estrutura de propriedade, Dividendos e Tamanho da empresa, com a alavancagem das empresas.

Justifica-se o assunto proposto tendo em vista que analisar empresas brasileiras em um mercado emergente pode contribuir na identificação dos determinantes normalmente tratados na literatura para explicar as decisões de estrutura de capital, pois, de acordo com Brunozi *et al* (2016), nações como o Brasil possuem os mercados de capitais e créditos pouco eficientes, e se diferenciam de resultados observados em nações desenvolvidas.

Além disso, aplicar uma técnica empírica que utilize a variação de séries transversais e temporais, que trate da endogeneidade e dos problemas de heterogeneidade pode contribuir para apresentar informações mais detalhadas sobre o caso das empresas brasileiras. Por fim, através da pesquisa, pode-se avaliar se os modelos financeiros modernos de países desenvolvidos se aplicam aos países em desenvolvimento, como feito na pesquisa de Martín e Saona (2017) que afirmou que “certas particularidades dos países em desenvolvimento podem derivar relações opostas daquelas sugeridas pelos modelos teóricos atuais”.

Neste artigo, em sua primeira seção consta a introdução, na segunda seção a revisão da literatura e o desenvolvimento das hipóteses de pesquisa. A terceira seção aborda o conjunto de dados, variáveis e a metodologia aplicada na análise empírica. A quarta seção expõe os resultados obtidos e por fim a quinta seção traz a conclusão da pesquisa.

2 | REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Quadro teórico

Segundo Kayo & Kimura (2011), a questão de uma determinada estrutura de capital que pode aumentar o valor para o acionista é uma das discussões mais importantes no campo financeiro, tanto teoricamente como empiricamente. Em seu estudo, Modigliani e Miller (1958) afirmaram que a estrutura de capital não era relevante para as empresas. Segundo os referidos autores, a opção de investimento/financiamento deve ser avaliada à luz do maior valor de mercado gerado. Entretanto, nos últimos anos, muitos estudos empíricos têm sido propostos no sentido de identificar ou determinar a estrutura de capital das empresas. De acordo com Titman e Wessels (1988) “As teorias sugerem que as empresas selecionam estruturas de capital, dependendo de atributos que determinam os diversos custos e benefícios associados ao financiamento de dívida e capital”

Considerando as discussões e pesquisas empíricas mais recentes, as teorias mais importantes, na visão de Martín e Saona (2017) são as de *trade-off* (Kraus e Litzenberger, 1973) e *pecking order* (Myers, 1984), além das teorias de agência, Jensen e Meckling, (1976), *timing* de mercado (Baker e Wurgler, 2002) e a teoria da sinalização (Ross, 1977), Leland e Pyle, 1977).

2.1.1 Teoria do Trade-off (TOT)

Essa teoria foi proposta por Kraus e Litzenberger (1973) e afirma que as empresas devem buscar uma relação equilibrada entre o endividamento e o capital próprio de forma a atingir o menor nível de custos de capital. De acordo com esta teoria, existe uma estrutura de capital ótima das empresas e os administradores devem buscar o equilíbrio entre os custos de falência e os benefícios de emissão de dívida, ou seja, um nível ótimo de endividamento de forma a equilibrar os benefícios fiscais com os custos de falência

associados à dívida.

De acordo com Alipour, Mohammadi e Derakhshan (2015), a Teoria do *Trade off* afirma que “o lucro, o tamanho e o crescimento estão positivamente relacionados com a estrutura de capital, porque são todos *proxies* para benefícios tributários elevados relacionados à dívida e/ou baixos custos de falência relacionados à dívida”.

2.1.2 Pecking order Theory (POT)

Criada por Myers (1984) a teoria da ordem pecking (POT), “se baseia na hipótese da assimetria de informações e o conflito de interesses entre acionistas, gerentes e credores, quando a dívida ou patrimônio é usado”. Essa teoria contrapõe a existência de uma estrutura de capital ótima, visto que as empresas optam pelo financiamento da dívida em detrimento do financiamento de capital. Neste sentido, a assimetria de informações reflete a imagem e o valor das empresas, uma vez que os gestores, por estarem dentro das empresas, têm mais informação que os investidores externos.

2.1.3 Teoria dos Custos da Agência

A Teoria dos Custos da Agência versa sobre o conflito de interesses ou divergência de objetivos entre o principal e o agente, sendo que Famá (1980), Hill e Jones (1982) e Eisenhardt (1989) afirmam de uma forma geral que a empresa pode ser definida como um conjunto de relações contratuais entre as partes envolvidas, supondo a presença do interesse próprio, racionalidade limitada e a aversão ao risco. A utilização de uma estrutura mais endividada dá origem a conflitos de interesse entre credores, acionistas e administradores. (BRITO, CORRAR E BATISTELLA, 2007)

Segundo Jensen e Meckling (1976) “a estrutura de capital ótima de uma empresa pode ser determinada pelos custos da agência” e para reduzir estes custos a estrutura ótima de propriedade e dívida deve ser estabelecida. De acordo com Singh (2016) “O custo da agência é o custo de controle sobre os gestores (agentes de acionistas)” que pode ser minimizado, caso se alcance a estrutura de capital ótima. Adicionalmente, Perobelli e Famá (2003) complementam que o endividamento só é bom até o ponto em que ele não compromete a saúde financeira da empresa e que os conflitos de agência entre principal e agente gera um alto custo de falência e interfere ou prejudica a imagem da empresa.

2.2 Determinantes da Estrutura de Capital e hipóteses da pesquisa

2.2.1 Rentabilidade

Considerando o estudo de Titman e Wessels (1988), “a rentabilidade passada de uma empresa e, portanto, a quantidade de ganhos disponíveis para ser mantida, deve ser um importante determinante da sua estrutura de capital atual”. Isso porque as empresas tendem a buscar recursos primeiro da retenção de lucros, e posteriormente da dívida,

ficando como um terceiro plano a emissão de novas ações (POT).

Brito, Corrar e Batistella (2007), afirmam que a rentabilidade é a capacidade de gerar lucros da empresa e pode afetar ou influenciar a estrutura de capital das empresas, visto que as empresas com maior volume de recursos próprios para financiar seus investimentos deveriam recorrer em menor proporção ao uso de dívidas. Entretanto, conforme Martín e Saona (2017), os estudos recentes não apresentam consenso em relação à influência da rentabilidade na alavancagem das empresas. Ainda para Martín e Saona (2017), “a teoria do trade-off postula que a relação entre rentabilidade e alavancagem é positiva”, no entanto, para economias emergentes a relação encontrada em diversos estudos é contrária. Tal fato é causado pelo custo da dívida ser relativamente mais elevado nas economias em desenvolvimento do que nas desenvolvidas. Sendo assim, a primeira hipótese apresentada é:

H1: A rentabilidade está negativamente relacionada à alavancagem das empresas de economias emergentes, dado o alto custo da dívida.

2.2.2 Tangibilidade dos ativos

Para Brito, Corrar e Batistella, (2007), as empresas que possuem um maior volume de ativos fixos têm maior capacidade endividamento, pois podem utilizar estes bens em garantia, reduzindo os custos de falência. No que se refere à Teoria da Agência, Martín e Saona (2017) “os acionistas de empresas alavancadas têm um incentivo para investir de forma *subóptima*” gerando uma relação positiva entre tangibilidade e alavancagem das empresas, mas que, ao se tratar de países em desenvolvimento, essa lógica pode ser invertida e a relação tornar-se negativa dado que, pode ser mais fácil emitir capital próprio como fonte de financiamento aos seus investimentos. Logo, a hipótese será:

H2: Os ativos tangíveis têm relação negativa com a alavancagem das empresas, dada a facilidade de se emitir capital próprio pelas empresas.

2.2.3 Oportunidades de crescimento

De acordo com Titman e Wessels (1988) a oportunidade de crescimento pode ser medida como sendo a variação percentual dos ativos totais. E em relação à “Oportunidade de Crescimento”, ao considerar a Teoria do *Trade off* e do *Pecking order*, verifica-se que há visões divergentes, uma vez que a *Trade off* sugere uma relação negativa entre alavancagem e oportunidade de crescimento, enquanto a *Pecking order* sugere relação positiva (SINGH, 2016). Ainda nas palavras de Singh (2016), “essa relação entre oportunidades de crescimento e alavancagem tem sido amplamente testada” e pode servir como um sinal de qualidade alternativo, o que hipotetiza menor necessidade de alavancagem para grandes empresas. Diante do exposto, levantou-se a terceira hipótese a seguir:

H3: A oportunidade de crescimento tem relação negativa com a alavancagem das

empresas brasileiras.

2.2.4 *Escudo fiscal não dívida*

No entendimento de Miller (1977) a inclusão do efeito fiscal não torna a estrutura de capital relevante na determinação do valor das empresas. Entretanto, DeAngelo e Masulis (1980) acreditam que estes escudos fiscais (depreciação) tem relação positiva com a alavancagem das empresas. Titman e Wessels (1988) explicam que “as empresas com grandes escudos de imposto de não-dívida em relação ao seu fluxo de caixa esperado incluem menos dívida em suas estruturas de capital”, conforme a teoria do *trade-off*, porque ambos são formas alternativas de obter fundos de financiamento.

Martín e Saona (2017) em seu artigo sobre as empresas do Chile, “sugerem que o escudo de imposto de depreciação é mais atraente como um substituto para a dívida”, entretanto, considerando a legislação brasileira e as mudanças trazidas pela Lei 11.638/2007 e 11.941/2008, no que se refere a depreciação de bens no Brasil, as normas contábeis estabelecem a depreciação dos bens de acordo com o seu tempo de vida econômico, sendo que as diferenças deverão ser demonstradas na apuração dos tributos através da ECF- Escrituração Contábil fiscal e o Sped Contábil, conforme determina a Lei 12.973/2014. Assim, apresenta-se a quarta hipótese, a seguir:

H4: Espera-se uma relação empírica negativa entre os escudos fiscais não-dívida e alavancagem.

2.2.5 *Condições de mercado (Market timing)*

Segundo a teoria do Market timing, os gestores das empresas irão emitir títulos dependendo do momento do mercado; buscando aproveitar oportunidades para sua alavancagem. E, segundo Martín e Saona em seu estudo sobre as empresas do Chile, “em mercados de capitais menos eficientes ou segmentados, em contrapartida, o timing de mercado beneficia os acionistas existentes à custa dos novos participantes”.

De acordo com Jimenez (2007) “os administradores procuram por “janelas de oportunidade” e, portanto, preferem a emissão de capital próprio quando o seu custo é baixo (ou o seu preço é alto), do contrário, eles emitem dívida”. Logo, as empresas tendem a só emitir capital próprio quando se tem um valor de mercado superior ao valor contábil da empresa. Ainda segundo o referido autor, estudos empíricos que dizem respeito aos retornos de longo prazo das ações sugerem que os mercados financeiros não são eficientes no nível da firma e os “os administradores sempre tentarão medir o momento apropriado para a emissão de suas ações desde que eles observem desequilíbrio no preço das suas ações”. Entretanto, conforme sugere Martín e Saona em mercados emergentes, há maior dificuldade de recompras das ações pela empresa. Neste sentido sugere-se a quinta hipótese abaixo:

H5: A relação entre o Market timing e a Alavancagem deve ser negativa.

2.2.6 Estrutura de propriedade

A estrutura de propriedade esta relacionada à participação dos acionistas no capital das empresas. Nesta perspectiva, quanto maior a concentração de ações na mão de um acionista, maior a tendência de controle deste sobre a empresa e os gestores; o que reduz os possíveis conflitos de agência. No Brasil, para que um acionista possa ter o controle é necessário que tenha “direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tenha a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida” (Brasil, NBC TG 36, 2015). Para Martín e Saona, ao considerar a teoria do *Pecking order*, afirmam que “os acionistas controladores tentam evitar a diluição da propriedade por meio da emissão de dívida antes da equivalência patrimonial e, as emissões de ações ainda são relativamente mais caras nos mercados emergentes do que nas economias desenvolvidas”. Assim, segue-se a sexta hipótese:

H6: Há uma relação positiva entre a estrutura de propriedade e a alavancagem das empresas.

2.2.7 Dividendos

De acordo com Martín e Saona (2017), as empresas pagam dividendos para atender a à necessidade de retorno do investimento dos acionistas e “pode ser usado como um sinal confiável para a posição financeira de uma empresa, implicando uma maior capacidade de endividamento”. Entretanto, uma empresa que paga dividendos constantemente pode ser obrigada a obter outras formas de financiamento externo para seus projetos. Adicionalmente, os problemas de agência também parecem ser um dos principais motores da política de dividendos em todo o mundo. Neste contexto, levantou-se a seguinte hipótese:

H7: A política de dividendos deve ter relação positiva com a alavancagem das empresas.

2.2.8 Tamanho

Alguns estudos sobre a estrutura de capital das empresas evidenciam que os tamanhos das empresas têm relação direta com seu nível de dívida. Singh (2016) expõe que, “de acordo com o modelo de *trade-off*, as empresas maiores tendem a ter um capital de dívida mais elevado, uma vez que geralmente têm uma melhor notação de crédito”, isto porque quanto maior a empresa, menor parece ser o risco de falência em função de seus ativos e da garantia aos seus credores. No Brasil, as empresas de maior porte são obrigadas a divulgar suas demonstrações, apresentando um menor grau de problemas relacionados à assimetria de informação. Sendo assim, sugere-se:

H8: Há relação positiva entre o tamanho da empresa e seu nível de endividamento.

3 | METODOLOGIA

3.3 Modelo Analítico

Para analisar os determinantes específicos das empresas brasileiras em relação à estrutura de capital, utilizou-se a análise de dados em painel. Conforme Gujarati (2006) os dados em painel são combinações de dados em corte transversal (*cross-section*) com séries temporais, ou seja, nesse caso, a mesma unidade de corte transversal (uma família, uma empresa, um estado) é acompanhada ao longo do tempo. Comparado à análise de séries temporais e *cross-section*, a análise de dados em painel pode apresentar melhores resultados com bases de dados menores. Isso ocorre porque, as observações cruzadas coletadas ao longo de um período são combinadas, assim, o número de observações aumenta. A análise dos dados em painel é mais eficiente, pois com esta técnica a colinearidade entre as variáveis explicativas é reduzida e há um ganho em graus de liberdade (HSIAO, 1999).

Em geral, a estimação desse tipo de dados é feita por efeitos fixos ou aleatórios. Wooldridge (2003) aponta que o principal determinante para decidir entre o modelo de efeitos fixos e o modelo de efeitos aleatórios é o efeito não observado. Em situações em que é correlacionado com as variáveis explicativas, o modelo de efeitos fixos é o mais indicado. Caso contrário, se não é correlacionado com as variáveis explicativas, o modelo de efeitos aleatórios deve ser utilizado. Entretanto, devido à estrutura do painel de dados utilizados, considerou-se a estimação dos modelos usando o método de momentos generalizados (GMM). Essa metodologia de dados em painel permite controlar dois problemas típicos neste tipo de estudos: a heterogeneidade e a endogeneidade não observáveis (ARELLANO e BOVER, 1990).

O estimador proposto por Arellano e Bond (1991) contorna tais problemas apresentando estimações consistentes. O efeito específico de cada indivíduo é eliminado através da primeira diferença do modelo estimado. O termo de erro é correlacionado com a variável defasada dependente, entretanto sob a hipótese de que o erro não seja autocorrelacionado, os valores da variável dependente defasada são instrumentos válidos. As outras variáveis explicativas são estritamente exógenas.

A utilização de modelos dinâmicos para dados em painel tem sua justificativa associada ao fato de que muitas séries econômicas se relacionam umas com as outras e com seus valores passados. Neste sentido, modelos que consideram a variável dependente defasada como sendo uma variável explicativa, podem fornecer estimadores não viesados, diferentemente das estimativas em painel estático (efeitos fixos ou efeitos aleatórios) onde ocorre viés nos coeficientes estimados quando se incluem variáveis dependentes defasadas como regressores. (ARELLANO e BOND, 1991).

3.4 Amostra

Para a composição da amostra, inicialmente foi feita uma busca de todas as empresas ativas, listadas na B3, totalizando uma população de 612 (seiscentos e doze) empresas. Além disso, foram definidos os seguintes critérios:

Descrição	Quantitativo de empresas
População inicial	612
(-) Setor Econômico: financeiro e outros	(174)
= Amostra parcial	438
(-) Empresas que não pertençam a classe ON	(160)
(-) Empresas com dados extremos	(120)
= Amostra final	158

Quadro 1 – Delimitação da amostra

Fonte: Elaborado pela autora

Conforme exposto no Quadro 1, foram eliminadas as empresas do setor financeiro, dada a diferença na constituição de sua estrutura de capital, totalizando 174 empresas; exclusão usualmente feita em estudos desta natureza. Além disso, foram eliminadas as empresas que não pertencem à classe ON, ou seja, ações ordinárias com direito a voto; e por fim foram eliminadas as empresas com dados faltantes ou muito baixos, com patrimônio líquido negativo e ativo total inferior a um bilhão de reais. Chegou-se, por fim, a uma amostra de 158 empresas e um total de 989 observações.

3.5 Medição de variáveis e especificação do modelo

A análise empírica foi realizada com dados em painel não balanceados de 158 empresas brasileiras cadastradas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) para o período de 2007 a 2016, compondo um total de 989 observações. O conjunto de dados foi obtido junto à base de dados Econômica, em que foram excluídas as empresas com valores faltantes para variáveis relevantes.

A variável dependente utilizada no estudo é o grau de alavancagem da empresa. A literatura apresenta diversas explicações para medir o nível de estrutura de capital. A teoria de Modigliani e Miller (1958) recomenda uma estrutura de capital a ser definida quanto ao valor de mercado da dívida e o capital próprio. Rajan e Zingales (1995), Xu (2012) e Serrasqueiro e Rogão (2009) identificam a dívida pela razão entre o passivo total e o total de ativos. Gaud *et al.*(2005), na pesquisa sobre empresas não financeiras, adotou o total de passivos em relação ao capital total como uma *proxy* para alavancagem. No presente estudo, considera-se a alavancagem ao valor de mercado (Avm), em que o passivo total é dividido pelo valor de mercado da empresa.

Variável Dependente	Sigla	Mensuração	Associação esperada
Alavancagem a valor de mercado	Avm	$Lmv = \frac{TD_{it}}{TD_{it} + MkCptz_{it}}$	-
Variáveis Independentes	Sigla	Mensuração	Associações esperadas
Rentabilidade	PROF	$PROF_{it} = \frac{EBT_{it}}{TA_{it}}$	Negativo
Tangibilidade do Ativo	TANG	$Tang_{it} = \frac{BNP_{it}}{TA_{it}}$	Negativo
Oportunidade de Crescimento	GRO – Q1	i) $Q1 = \frac{MkCptz_{it} + TD_{it}}{K_{it}}$	Negativo
	GRO – Q2	ii) $Q2 = \frac{MkCptz_{it} + TD_{it}}{TA_{it}}$	Negativo
Escudo fiscal	NDS	$Ndts = \frac{Dep_{it}}{TA_{it}}$	Negativo
Condição de mercado	Mktt	$Mktt = \frac{P_{it-1} - P_{it-2}}{P_{it-2}}$	Negativo
Estrutura de Propriedade	Próprio	% de ações ordinárias detidas pelo principal acionista.	Positivo
Dividendos	DIV	$DIV1_{it} = \left \frac{Dividends_{it}}{NI_{it-1}} \right $	Positivo
Tamanho	SIZE	$Size_{it} = Ln(TA_{it})$	Positivo

Quadro 2 – Descrição das variáveis

Fonte: Adaptado de (San Martín & Saona, 2017) "container-title": "Research in International Business and Finance", "page": "163-174", "volume": "40", "abstract": "Abstract\nThe purpose of this paper is to analyze the traditional drivers of the capital structure, in addition to others particularities of the Chilean corporate sector. Using panel data methodology, this study examines the potential drivers of the capital structure in a sample of 157 Chilean firms. To do that, this study also includes variables not commonly used in the literature (e.g. ownership concentration, business groups affiliation, and dividends

A primeira variável independente é o tamanho da empresa (Tamanho) com base nos ativos totais da empresa. Para rentabilidade (Prof), utilizou-se a razão do lucro operacional, que é o lucro antes dos impostos, do pagamento dos dividendos e das despesas financeiras pelo ativo total, enquanto que para tangibilidade (Tang) foi utilizada uma medida que considera os ativos fixos, em que o imobilizado total é dividido pelos ativos totais. A variável de oportunidades de crescimento é medida através do Q de Tobin. Para tal, considerou-se duas *proxies*: Q1, calculada com base no custo de reposição dos ativos totais (PERFECT AND WILES, 1994); e Q2, com base no valor de mercado mais o passivo total dividido pelo ativo total da empresa. A construção dessas variáveis está baseada em Perfect and Wiles (1994) e Danbolt *et al.* (2002). A depreciação anual foi utilizada para calcular o escudo fiscal não-dívida (Nds). A variável de condição de mercado (Mktt) é baseada no preço de mercado por ação. Utilizou-se a variável estrutura de propriedade (Próprio), medida de concentração de ações do acionista majoritário para medir estrutura de propriedade. Para

a política de dividendos (Div), foi utilizada a relação dividendo por ação. Ademais, foram incluídas *dummies* de tempo (Dtempo) e *dummies* para classificação do setor (Dsetor) a qual pertence a empresa: indústria, serviços, comércio e rural.

Desse modo, o modelo empírico pode ser apresentado da seguinte forma:

$$Avm_{it} = \beta_0 + \beta_1 Tamano_{it} + \beta_2 Prof_{it} + \beta_3 Tang_{it} + \beta_4 Q_{it} + \beta_5 Ndts_{it} + \beta_6 Mkt_{it} + \beta_7 Own_{it} + \beta_8 Div_{it} + \beta_9 Demp_t + \beta_{10} Dsetor_i + \alpha_i + \alpha_t + \varepsilon_{it}$$

O termo de erro é decomposto em α_i , que representa o efeito específico da firma de cada empresa i e captura todas as variáveis invariantes no tempo e que não podem ser observadas (por exemplo, estilo gerencial, padrões de decisões financeiras, dentre outras); que é o efeito temporal para os períodos t considerados neste estudo, e o termo de erro estocástico ε_{it} que varia por unidades e ao longo do tempo; $i = 1, 2, \dots, N$ – unidades das empresas; $t = 1, 2, \dots, T$ – período de tempo (anos).

4 | RESULTADOS

4.1 Estatística Descritiva

A Tabela 1 apresenta os valores médios e a matriz de correlação entre as variáveis utilizadas. Observa-se que o nível médio de dívida é de aproximadamente 50% do valor de mercado da empresa. A relação de pagamento (Div) é relativamente alta (79,7%). O índice de pagamento obrigatório de pelo menos 30% para proteger os créditos dos acionistas minoritários aumenta o saldo médio dos requisitos legais. Uma empresa típica possui aproximadamente 9,6% de taxa de retorno sobre os ativos totais (Prof). As duas *proxies* para medir oportunidade de crescimento, Q1 e Q2, são superiores a um (1,388 e 1,432 vezes), o que significa que o mercado como um todo tem uma boa percepção geral sobre as perspectivas futuras da empresa. Ademais, verifica-se que aproximadamente 48% dos valores mobiliários estão nas mãos dos acionistas majoritários; valor muito superior ao que é necessário para exercer controle.

Var.	Média	Avm	Q1	Q2	Prof	Tang	Próprio	Tamanho	Div	Ndts	Mkt
Avm	0,499	1,00									
Q1	1,388	-0,68	1,00								
Q2	1,431	-0,68	0,99	1,00							
Prof	0,096	-0,32	0,43	0,43	1,00						
Tang	0,273	0,008	-0,09	-0,09	-0,11	1,00					
Próp.	0,486	0,07	-0,12	-0,12	-0,03	0,08	1,00				
Size	15,436	0,17	-0,19	-0,19	-0,12	0,22	0,12	1,00			
Div	0,797	-0,02	0,01	0,01	0,05	-0,02	0,06	0,07	1,00		

Ndts	0,032	-0,09	0,02	0,02	0,06	0,36	0,04	0,12	0,02	1,00	
Mktt	65,33	0,0003	-0,001	-0,001	0,01	0,03	0,03	-0,02	0,0002	0,01	1,00

Tabela 1: Valores médios e Matriz de correlação

Fonte: Elaboração própria.

A matriz de correlação apresentada na Tabela 1 mostra que o tamanho da empresa (Tamanho) desempenha um papel importante na determinação de decisões de financiamento, existindo uma relação positiva entre o tamanho da empresa e a alavancagem. A alavancagem parece estar negativamente correlacionada com as oportunidades de crescimento futuro (GRO - Q1 e Q2), rentabilidade (Prof) e dividendos (Div). No entanto, a estrutura de propriedade das empresas parece estar positivamente correlacionada com alavancagem.

4.2 Análise Estatística

A Tabela 2 apresenta os resultados das regressões correspondentes ao modelo utilizado.

Variáveis	Coefficientes	Coefficientes	Coefficientes	Coefficientes
Tamanho	0,049*** (0,038)	0,039* (0,101)	0,052*** (0,030)	0,041** (0,080)
Prof	0,197*** (0,001)	0,178*** (0,003)	0,192*** (0,002)	0,172*** (0,006)
Tang	0,083*** (0,043)	0,108*** (0,006)	0,090** (0,028)	0,115*** (0,003)
Q1	-0,137*** (0,000)	-0,141*** (0,000)		
Q2			-0,136*** (0,000)	-0,141*** (0,000)
Ndts	0,810** (0,065)	0,664 (0,150)	0,808** (0,074)	0,669 (0,157)
Mktt	-0,0006 (0,867)	-0,0005 (0,869)	-0,0008 (0,844)	-0,0007 (0,850)
Próprio	-0,023 (0,723)		-0,027 (0,682)	
Div	-0,001 (0,565)	-0,001 (0,527)	-0,001 (0,561)	-0,002 (0,502)
AR1	-4,024*** (0,000)	-4,202*** (0,000)	-3,945*** (0,000)	-4,099*** (0,000)

AR2	-0,304 (0,760)	-0,403 (0,687)	-0,255 (0,798)	-0,376 (0,707)
Wald	449,94***	433,80***	435,49***	419,54***
Obs	971	989	971	989

Tabela 2: Análise de robustez com a variável dependente Avm

Fonte: Elaboração própria.

Nota: *** significativo a 1%, ** significativo a 5% e * significativo a 10%. Os erros-padrão são robustos e se encontram entre parênteses. AR1 e AR2 representam a variável dependente defasada no tempo em um período e dois períodos (, respectivamente. O teste de Wald testa a significância conjunta de todas as variáveis independentes. As *dummies* de tempo e de setor foram incluídas nas equações e não estão reportadas, bem como as constantes.

As estimativas mostram uma relação positiva e estatisticamente significativa entre o tamanho da empresa (tamanho) e alavancagem (Avm). Conforme as teorias, as empresas de maior dimensão são mais diversificadas, são menos propensas a estarem inadimplentes e são capazes de usar de forma mais eficiente as economias de escala nas emissões de dívida que aumentam a capacidade de sua dívida. Esses resultados estão de acordo com os encontrados por Martín e Saona (2017), Xu (2012) e Gaud *et al.*, (2005).

Em relação à rentabilidade (Prof), essa variável se mostrou o determinante mais dominante da estrutura de capital, apresentando uma relação positiva e estatisticamente significativa em relação às decisões de alavancagem. A teoria do *trade-off* prevê que com o investimento constante, empresas com maiores expectativas de lucros futuros devem apresentar maiores pagamentos de dividendos, que serão liquidados com recursos próprios, sem financiamento externo. Portanto, a relação esperada entre dividendos e lucratividade é positiva, de modo que as empresas mais lucrativas devem ser as mais alavancadas.

A tangibilidade dos ativos (Tang) apresenta uma relação positiva entre a tangibilidade dos ativos e o nível da dívida. A presença de ativos tangíveis afeta a estrutura de capital de uma empresa e seu valor em caso de falência. Em comparação com intangíveis, os ativos tangíveis não perdem o seu valor no caso de falência. A literatura não apresenta consenso de resultados sobre a relação de Tang com a alavancagem da empresa. Conforme Brito e Lima (2005), há uma relação positiva entre a alavancagem de uma empresa e a tangibilidade de seus ativos. Por outro lado, Martín e Saona (2017) observou uma associação negativa entre Tang e alavancagem.

Os resultados mostram que existe uma relação negativa e estatisticamente significativa entre as oportunidades de crescimento (GRO), medido pelas variáveis Q1 ou Q2 e alavancagem (Avm). Martín e Saona (2017) apontam que é mais difícil emitir dívida do que o patrimônio para financiar oportunidades de crescimento. Ademais, uma vez que as oportunidades de crescimento representam estratégias de mercado, as empresas podem esconder esta fonte de informações estratégicas dos credores, financiando as

oportunidades de crescimento com fontes internas ao invés de dívidas.

Martín e Saona (2017) apontam que, embora a condição de mercado (Mktt), baseada no preço de mercado por ação poderia ser limitada como consequência da restrição legal à recompra de ações, os resultados mostram uma relação negativa entre os retornos de ações (Mktt) e a alavancagem de empresas (Avm), embora não seja estatisticamente significativa. Portanto, parece ser que as empresas se aproveitam dos mercados quando os preços das ações aumentam, reduzindo o grau de alavancagem. Além disso, as características típicas da estrutura de propriedade (Próprio) e os dividendos (Div) também não foram estatisticamente significativas como determinante da estrutura de capital das empresas brasileiras, conforme os resultados apresentados na Tabela 2. Embora não tenha sido estatisticamente significativo, os dividendos (Div) estão negativamente correlacionados com a alavancagem. Martín e Saona (2017) apontam que os baixos índices de pagamento de dividendos servem de mecanismo de substituição para a proteção fraca dos direitos dos credores. Conseqüentemente, os credores aplicarão cláusulas restritivas forçando os gestores a pagar dividendos baixos para liberar dinheiro para pagar a dívida.

5 | CONCLUSÕES

Neste estudo, procurou-se investigar, por meio de Dados em Painel, os determinantes da estrutura de capital das empresas brasileiras listadas na B3. Para tanto, foi realizada a análise de dados em painel não balanceados sendo que o método utilizado foi o de momentos generalizados (GMM) que permite controlar dois problemas típicos neste tipo de estudo: heterogeneidade e endogeneidade não observáveis.

Considerando que a variável dependente utilizada foi o grau de alavancagem a valor de mercado das empresas (Avm) e, de acordo com os resultados da análise empírica, verificou-se que a rentabilidade (Prof) e a Tangibilidade (Tang) estão positivamente relacionados à alavancagem das empresas, inclusive sendo a rentabilidade o determinante mais dominante da estrutura de capital, apresentando uma relação positiva e estatisticamente significativa em relação às decisões de alavancagem.

No que se refere à oportunidade de crescimento (GRO), medidos por Q1 e Q2; a condição de mercado (Mktt) e os Dividendos (Div) estão negativamente relacionados à alavancagem, sendo que também não foram estatisticamente significativos como determinantes da estrutura de capital das empresas. Por fim, o tamanho da empresa (Tamanho) desempenha um papel importante na determinação de decisões de financiamento, existindo uma relação positiva entre o tamanho da empresa e a alavancagem, assim como o escudo fiscal também a apresentou uma relação positiva.

Conclui-se que algumas relações não estão em linha com as hipóteses apresentadas, como é o caso do (Prof) e (Tang), no entanto, não estão em desacordo com os modelos teóricos atuais sobre estrutura de capital, visto que não há um consenso na literatura.

Além disso, fica evidente que há diferenças entre os determinantes da estrutura de capital das empresas brasileiras com as de outros países. O estudo ainda contribui para que se possa conhecer melhor o contexto das empresas brasileiras no que se refere à estrutura de capital de suas empresas.

REFERÊNCIAS

ALIPOUR, M.; Mohammadi, M. F. S. & Derakhshan, D. Determinants of capital structure: an empirical study of firms in Iran. **International Journal of Law and Management**. Vol. 57 No. 1, P. 53-83, 2015. <http://dx.doi.org/10.1108/IJLMA-01-2013-0004>

ARELLANO, M. & BOVER, O. Another look at the instrumental variable estimation of error-components models. **Journal Of Econometrics**. V.68 p.29-51, 1995. [https://doi.org/10.1016/0304-4076\(94\)01642-D](https://doi.org/10.1016/0304-4076(94)01642-D)

ARELLANO, M. & BOVER, O. La econometría de datos de panel. **Investigaciones Económicas (Segunda Época)**, v. 14, p. 3-45, 1990.

ARELLANO, M. and S.R. BOND. Some tests of specification for panel data: Monte Carlo evidence and an application to employment equations. **Review of Economic Studies**. V. 58, p. 277-297, 1991.

BAKER, M.; WURGLER, J. Market timing e capital structure. **The Journal of Finance**, v. 57, n. 1, p. 1-32, 2002

BRASIL. Lei Nº 11.638, de 28 de Dezembro de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm. Acesso em: 25/05/2017.

_____. Lei Nº 11.941, de 27 de Maio de 2009.. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11941.htm. Acesso em: 25/05/2017

_____. Lei nº 12.973, de 13 de Maio de 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/Lei/L12973.htm. Acesso em: 25/05/2017.

_____, Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Resolução NBC TG 36, 06 de Novembro de 2015. Disponível em: [http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2015/NBCTG36\(R3\)](http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2015/NBCTG36(R3)) . Acesso em: 26 de Maio de 2017.

BRITO, R. D. & LIMA, M. R. A Escolha da Estrutura de Capital sob Fraca Garantia Legal: O Caso do Brasil. **Revista Brasileira de Economia**. v.59(2), P.177-208,2005.

BRITO, G. A. S.; CORRAR, L. J.; BATISTELLA, F. D. Fatores determinantes da estrutura de capital das maiores empresas que atuam no Brasil. **Revista Contabilidade e Finanças USP**, 43, 9-19, 2007. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772007000100002>

BRUNOZI, M. A. V., GONÇALVES, R. M. L., ARANTES, R. C. & BRUNOZI JR. A. C. Indicadores econômico-financeiros e os determinantes da estrutura de capital das empresas do setor de serviços: uma análise de dados em painel. **Revista Ambiente Contábil**, v. 8. n. 2, p. 110 – 135, jul./dez. 2016.

DANBOLT, J., HIRST, I., JONES, E. Measuring growth opportunities. **Appl. Financial Economics**. V.12, p.203–212, 2002.

DEANGELO, H. & MASULIS, R. W. Optimal capital structure under corporate and personal taxation. **Journal of Financial Economics**, v. 8, p. 3-29, 1980.

EISENHARDT, K. M. Agency theory: An assessment and review. **Academy Of Management Review**, v.14(1), p. 57-74, 1989.

FAMA, E. F. Agency Problems and the Theory of the Firm. **The Journal of Political Economy**, p.288-307, 1980.

GAUD, P., JANI, E., HOESLI, M., BENDER, A. The capital structure of swiss companies: An empirical analysis using dynamic panel data. **European Financial Management**, v.11(1), 2005.

GUJARATI, D. **Econometria Básica**. Campus: Rio de Janeiro, 2006.

HILL, C. W. L. & JONES, T. M. Stakeholder-Agency Theory. **Journal of Management Studies**, v.29: p.131–154, 1992. DOI: 10.1111/j.1467-6486.1992.tb00657.x

HSIAO, C. **Analysis of Panel Data**. Cambridge: Cambridge University Pres, 1999.

JENSEN, M. & MECKLING, W. Theory of the firm: managerial behavior, agency cost and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, Vol. 43, pp. 271-281, 1976.

JIMÉNEZ, J. I. C. Testes Empíricos Sobre *Market Timing* na Estrutura de Capital das Empresas no Brasil. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Economia e Administração. **IBMEC SÃO PAULO, 2007**.

KAYO, E. K. & KIMURA, H. Hierarchical determinants of capital structure. **Journal of Banking & Finance**, v. 35, p.358–371, 2011.

KRAUS, A., LITZENBERGER, R.H. A state-preference model of optimal financial leverage. **Journal of Finance**, v. 33, p. 911-922, 1973.

Leland, H., Pyle, D. Information asymmetries: financial structure and financial intermediation. **Journal of Finance**. v.32, p.371–388, 1977.

MARTÍN, S. & SAONA, P. Capital structure in the Chilean corporate sector: Revisiting the stylized facts. **Research in International Business and Finance**, v. 40, p. 163–174, 2017. <https://doi.org/10.1016/j.ribaf.2017.01.004>

MILLER, M. Debt and taxes, **Journal of Finance**, v. 32, p. 261-275, 1977.

MYERS, S. C. The capital structure puzzle. **The Journal of Finance**, v. 39, n. 3 p. 575-592, 1984.

MODIGLIANI, F.; MILLER, M. H. The cost of capital, corporation finance and the theory of investment. **The American Economic Review**, v 48, n. 3, p. 261-297, 1958.

PERFECT, Steven B.; WILES, Kenneth W. Alternative constructions of Tobin's Q: An empirical comparison. **Journal of Empirical Finance**, v. 1, n. 3, p. 313-341, 1994.

PEROBELLI, F. C.; FAMÁ, R. Fatores Determinantes da Estrutura de Capital para empresas latino-americanas. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 7, n. 1, p. 9-35, 2003.

RAJAN, R.G., ZINGALES, L. What do we know about capital structure?: some evidence from international data. **Journal of Finance**, v.50, p.1421-1460, 1995.

Ross, S.A. The determinants of financial structure: the incentive signaling approach. **The Bell Journal of Economics**. v.8, p.23-40, 1977..

SERRASQUEIRO, Z.M., ROGAO, M.C. Capital structure of listed Portuguese companies: Determinants of debt adjustment. **Review of Accounting and Finance Journal**, v. 8(1), p. 54-75, 2009.

SINGH, D. A Panel Data Analysis of Capital Structure Determinants: An Empirical Study of Non-Financial Firms in Oman. **International Journal of Economics and Financial Issues**, v. 6(4), p.1650-1656, 2016.

TITMAN, S., & Wessels. R. The determinants of Capital Structure Choice. **The Journal of Finance**, v. 43(01), p. 1-19, 1988.

WOOLDRIDGE, J.M.. Introductory Econometrics: a Modern Approach. 2 ed. Ohio: South-Western College Pub, 2003.

XU, J. Profitability and capital structure: Evidence from import penetration. **The Journal of Financial Economics**, v.106, p.427-446, 2012.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abastecimento 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 227

Alavancagem 98, 99, 102, 103, 104, 106, 109, 110, 111, 124

Aquisições 48, 50, 51, 54, 58, 67, 68, 69, 70

B

Bem-estar 1, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 18, 21

Big Data 141, 143, 145, 156, 157, 166, 167, 171

Business-to-business 198

C

Centro de Distribuição 146, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 223, 224, 225, 226, 227

Competências Virtuais 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47

Competitividade Empresarial 115, 119, 129

Compras 141, 142, 145, 146, 149, 152, 154, 155, 203, 217, 218, 219, 223, 224

Comunicação 13, 15, 16, 18, 19, 25, 26, 34, 42, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 159, 163, 170, 179, 183, 185, 201, 203, 219, 221, 224, 225, 229, 232, 234, 236, 241, 245, 247

D

Dados em Paineis 98, 105, 106, 111, 112

Decisões de Investimentos 71, 73, 81, 82, 88, 89, 90, 92, 93, 99

Desemprego Tecnológico 28, 32, 36

Digitalização 158, 159, 163, 166

Dívida 98, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 110, 111

E

Engenharia Sanitária 98, 99, 100, 103, 105, 106, 111, 112, 131, 134, 228

Entretenimento 173, 175, 186, 195

Envolvimento organizacional 1, 2, 3

Escritório 144, 228, 230, 231, 242, 248

Estado emocional 13, 15, 35

Estrutura de Capital 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 110, 111, 112, 113, 114, 127

Estrutura Motivacional 1, 3, 4, 5, 6, 10, 11

Estudo Bibliométrico 71, 81, 82

F

Finanças Comportamentais 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 88, 89, 90, 92, 93, 95

Fusões 48, 50, 51, 54, 58, 67, 68, 69, 70

G

Gestão de Pessoas 1, 3, 12, 14, 17, 24, 26, 28, 30, 36, 38, 39, 40, 41, 46, 47, 52, 62, 70, 229, 234, 242

Gestão do Conhecimento 228, 232, 234, 239, 245, 246, 248

I

IBM Watson 28, 29, 30, 37

Indústria 13, 18, 33, 47, 108, 133, 134, 135, 139, 140, 146, 151, 153, 154, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 186, 189, 216, 220, 222, 231, 239, 268, 284

Inovação 29, 35, 36, 42, 81, 134, 165, 166, 168, 169, 170, 198, 217, 226, 229, 233, 234, 235, 254, 255, 256, 257, 270, 271, 272

Inteligência Artificial 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 159, 166, 167

Intenção de Relacionamento 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 211

L

Liderança 23, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 65, 66, 68, 145, 247

M

Marca registrada 254, 256, 271

Mesorregião de Itapetininga 276

Movelaria 133, 137

Mundo do Trabalho 28, 29

O

Organização Projetizada 228, 230

P

Patente 254, 255, 256, 264, 266, 271

Percepção de valor 199, 200

Perfil Motivacional 1, 2, 3, 4, 6, 7, 9, 11

Posicionamento 51, 66, 124, 127, 129, 173, 178, 183, 193, 194, 196, 197

Projetos 38, 39, 43, 44, 45, 46, 51, 69, 104, 195, 197, 228, 229, 230, 231, 232, 234, 235, 236, 237, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 248, 251, 252

R

Recursos Humanos 7, 24, 26, 38, 39, 40, 42, 46, 47, 49, 52, 57, 63

Região norte 138, 140

Revolução Industrial 29, 33, 35, 158, 160, 162, 166, 167, 170, 171, 184

S

Santo Sudário 276, 277, 282, 284, 285, 286

Satisfação 5, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 181, 193, 199, 205, 206, 217

Segmento Automotivo 198, 199, 204

Sistema 6, 16, 20, 24, 28, 29, 30, 33, 34, 49, 61, 67, 161, 166, 200, 215, 219, 221, 222, 223, 226, 228, 229, 230, 242, 243, 246, 257, 258, 259, 268, 271, 272, 278, 282, 283, 284

Social 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 16, 37, 40, 54, 67, 69, 77, 88, 91, 96, 116, 117, 118, 127, 128, 129, 130, 131, 136, 143, 161, 162, 190, 193, 201, 213, 252, 273, 274, 276

Suporte Organizacional 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 12, 69

Sustentabilidade Corporativa 115, 117, 119, 126, 128

T

Technology Scanning 254, 255, 259, 270, 271

Tecnologia 26, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 39, 42, 51, 69, 140, 143, 145, 158, 159, 160, 161, 163, 165, 167, 168, 171, 189, 196, 224, 229, 230, 233, 234, 242, 254, 255, 256, 260, 263, 287

Trabalho informal 133

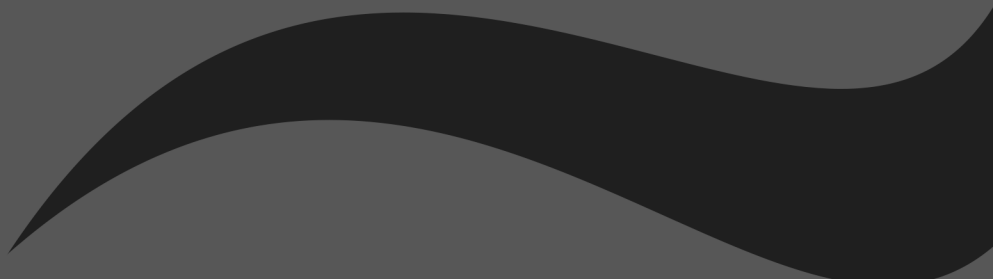
Turismo Religioso 276, 277, 280, 282, 283, 284, 286

V

Valoração da marca 180

Varejista 7, 215, 216, 217, 218, 223, 226, 227

Aplicação Prática da Administração na Economia Global 3



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Aplicação Prática da Administração na Economia Global 3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 